

# *Sérgio Buarque de Holanda e E. P. Thompson: um diálogo possível*

Sônia Pereira

Universidade Federal do Ceará

## RESUMO

Este artigo discute a possibilidade de investigar experiências participativas ou o processo de construção da esfera pública no Brasil conduzindo a reflexão com categorias de análise inspiradas em Sérgio Buarque de Holanda e em E. P. Thompson. O trabalho sistematiza e indaga sobre a viabilidade de estudos que pretendem movimentar as noções de “cordialidade” ou “homem cordial” (Buarque de Holanda) e “experiência” (Thompson).

## PALAVRAS-CHAVE

Participação, cordialidade, experiência e metodologia.

## ABSTRACT

This article discusses the possibility of researching participative experiences or the construction's process Brasil public sphere. It purposes a reflection about analysis's categories of Sérgio Buarque de Holanda and E. P. Thompson. The research inquires the possibility of a dialogue between two different theories, one dealing with “cordialidade” or “homem cordial” (Buarque de Holanda) and the other with “experience” (E. P. Thompson).

## KEY WORDS

Participation, “cordialidade”, experience and methodology.

---

## INTRODUÇÃO

Se adentrarmos nas cenas cotidianas da sociedade brasileira, possivelmente várias culturas nos serão apresentadas, tão abissais as desigualdades e tão diferentes as perspectivas para as classes que produzem a cultura brasileira.

Há, porém, um aspecto comum a toda sociedade, já problematizado

por Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, que guarda instigante atualidade: trata-se da esfera privada invadindo o espaço público.

Nesse ensaio, publicado em 1936, com estilo enxuto e conciso, Sérgio Buarque analisa a formação social brasileira no período em que a sociedade vivenciava uma industrialização e urbanização recentes. Com base em método inspirado no tipo ideal weberiano, mas explorando conceitos polares, isto é, no enfoque simultâneo de “pares opostos”, a reflexão se desenvolve sobre figuras metafóricas características de nossa formação social – trabalho/aventura, método/capricho, rural/urbano, burocracia/caudilhismo, norma impessoal/impulso afetivo. São “pares que o autor destaca no modo de ser ou na estrutura social e política, para analisar e compreender o Brasil e os brasileiros”.<sup>1</sup>

A fecundidade analítico-explicativa de *Raízes do Brasil* vem resistindo às profundas transformações sofridas pela sociedade, nas décadas seguintes à publicação, pois o traço cultural mais marcante apontado pelo historiador – a cordialidade do homem brasileiro – ainda hoje parece se revelar nas relações sociais. É essa cordialidade que, segundo o autor, faz transbordar a esfera privada para a esfera pública.

Pretende-se, neste artigo, problematizar e sistematizar alguns aspectos da reflexão de Sérgio Buarque de Holanda sobre o homem cordial e perguntar ainda sobre a possibilidade de diálogo entre sua análise e a abordagem teórico-metodológica do historiador inglês E. P. Thompson, cujos estudos se voltaram para a cultura e a experiência social desenvolvidas a partir de lutas sociais na Inglaterra do século XVIII.

Meu interesse por tais reflexões deve-se ao esforço que ora empreendo para delinear um referencial teórico-metodológico que amplie os estudos efetuados quando da elaboração da tese de doutorado<sup>2</sup>; um referencial que estimule a problematização da realidade e a construção do objeto de estudo.

#### O HOMEM CORDIAL NA EXPERIÊNCIA DA CLASSE TRABALHADORA E DOS PROCESSOS PARTICIPATIVOS?

Sérgio Buarque de Holanda inicia o capítulo V de *Raízes do Brasil* estabelecendo uma distinção entre a ordem familiar e o Estado, destacando a incompatibilidade e oposição entre as duas esferas.

Lembra-nos que a dificuldade de distinção entre o privado e o público no Brasil já se manifestara aos “detentores das posições públicas de responsabilidade”, posto que foram talhados, em sua formação, pelo ambiente da família patriarcal. Se o Estado burocrático exige relações impessoais e

deve atender a interesses objetivos, são de fácil compreensão as dificuldades que enfrenta o burocrata brasileiro. O Estado, “no qual prevalecem a especialização das funções e o esforço para se assegurarem garantias jurídicas aos cidadãos”, tem como correspondência, no Brasil, um aparato atravessado pelas relações pessoais; o espaço público, no qual deveriam ser afirmados os direitos, vê prevalecer a “confiança pessoal”, o peso das “relações de simpatia” e, por conseguinte, o privilégio.<sup>3</sup> O predomínio das relações afetivas é que dá o tom às relações sociais e a cordialidade se define, então, não como a “bondade” ou “sentimentos positivos e de concórdia”, mas como relações que “nascem do coração” (assim como a inimizade, diz o autor) – procedendo, assim, “da esfera do íntimo, do familiar, do privado”<sup>4</sup>.

Se o Estado no Brasil carrega tais características e diferencia-se, portanto, das formações que assistiram à constituição de Estados democráticos, nos quais o aparato jurídico legou direitos, aqui, como já dissemos, esses direitos foram instituídos como privilégios.

Os movimentos sociais que emergiram ao longo da história nacional encarregaram-se de incluir suas reivindicações em leis que assegurassem mais igualdade e justiça social; porém o Estado tornou-se mais permeável a esses valores em período bastante recente, como se pode verificar ao analisar o processo Constituinte dos anos 80, que culminou com a promulgação da Constituição de 1988.

Voltando ao pensamento de Sérgio Buarque de Holanda, o homem cordial carrega, como “traço mais específico do espírito brasileiro”, o “horror às distâncias” – um fenômeno que, segundo o autor, se expressa nos âmbitos da religião, da política e mesmo naqueles em que a concorrência nos faria supor que não encontraria eco, como no econômico. A necessidade que tem o homem cordial de estabelecer intimidade – alia-se aqui outro traço, o do individual, sobrepondo-se ao social – recebeu do autor uma ilustração emblemática. Diz Sérgio Buarque:

um negociante de Filadélfia manifestou certa vez a André Siegfried seu espanto ao verificar que, no Brasil como na Argentina, para conquistar um freguês tinha necessidade de fazer dele um amigo<sup>5</sup>

Essa ilustração é primorosa e de uma atualidade indiscutível. Em recentes décadas – e por que não dizer meses –, os bons negócios propiciados no Brasil a “amigos do rei” têm recebido dos publicistas críticas severas aos processos de privatização das empresas públicas e a outras formas de privatização do público menos evidentes aos olhares menos atentos.<sup>6</sup>

Discutível, porém, é a idéia que atravessa o livro de Sérgio Buarque



sobre o desaparecimento do homem cordial: este estaria fadado a desaparecer com a progressiva urbanização. Depreende-se dessa leitura uma certa expectativa positiva do processo de industrialização, como sendo este equivalente à modernização de nossa formação social, tão marcada por “ausências” – ausência de um proletariado forte, de partidos políticos autênticos, de um Estado fundado sobre uma ética publicista etc.

Mas, mais do que isto, segundo Maria Odila Dias, Sérgio Buarque pressentiu em Raízes que, com a industrialização, uma profunda transformação se anunciava para o Brasil rural de seu tempo. A urbanização apenas começava, mas, para as novas forças atuarem livremente, deveriam romper com interesses consolidados pelas elites dirigentes.

Segundo Dias, outros traços arcaicos vinham se associar à cordialidade e “se caracterizavam por uma certa tendência a esconder e a conter qualquer manifestação de conflito. O personalismo exacerbado, o preconceito contra o trabalho manual, os interesses corporativos e o nepotismo eram traços que perpassavam o Estado afinado a princípios ditatoriais, embora já com governo republicano”.<sup>7</sup>

Dias, analisando Buarque de Holanda, ainda nos fala que a figura do homem cordial representa o aspecto conciliador das elites, “preocupadas em atrair simpatias pessoais, em reforçar alianças de interesses particulares, familiares, oligárquicos. Através da metáfora da cordialidade, referia-se à preocupação das elites dirigentes brasileiras de manter uma aparente harmonia, assim como a sua capacidade de reagir com violência, quando os conchavos pessoais não bastavam”.<sup>8</sup>

E o homem cordial parece não ter desaparecido com a urbanização dos anos 40 e 50. Concordando com João César de Castro Rocha, pode-se dizer que “ele apenas se acomodou à nova situação, naturalmente sofrendo transformações importantes, mas preservando traços nitidamente cordiais, apesar de sua adaptação”.<sup>9</sup>

Rocha sugere, então, que investiguemos dois pontos: 1) em que medida a cordialidade é um elemento importante na definição de nossos padrões de convívio; 2) quais as formas de expressão típicas do homem cordial.

As duas questões podem, então, ser incorporadas em um estudo interessado em apreender valores e concepções de direitos, cidadania e democracia que vêm sendo constituídos neste momento da sociedade brasileira, cuja posição subordinada nas relações do capitalismo globalizado, expressa na escandalosa dívida externa da qual resulta, dentre outras mazelas, o quadro de miséria em que estão imersas cerca de cinquenta milhões de almas brasileiras. São questões que, se conduzidas no processo investigativo,

podem revelar a importância de aspectos da sociabilidade brasileira usualmente não privilegiados; podem indicar que fenômenos aparentemente desconectados da cordialidade – como a profunda desigualdade ou o arraigado autoritarismo que penetra inclusive nas práticas sociais dos sujeitos coletivos, como, por exemplo, nos movimentos sociais – encontrem amparo nesse traço característico de nossa cultura.<sup>10</sup>

Cabe, então, à luz das características de nossa formação social e de nosso “modo-de-ser” delineado por Sérgio Buarque de Holanda, perguntar: estas características do homem cordial atravessam todo o espectro social? São traços impeditivos de outra sociabilidade, fundada, então, numa ética publicista e na noção de justiça? Ou esses traços vêm sendo atenuados com o próprio “fazer-se” dos movimentos sociais e de outras práticas sociais ou expressões culturais? Seria esta a grande nova responsabilidade a ser assumida pelos sujeitos sociais que timidamente vêm apontando alternativas à lógica mercantilista hegemônica?<sup>11</sup>

Persistindo em uma questão já formulada por outros autores, assim formulamos a nossa: é possível constituir espaços públicos genuínos – ou desprivatizar aqueles cuja predominância da cordialidade os torna comprometidos com os interesses particulares – e, assim, alargar a esfera pública de tão tênues linhas em nossa sociedade?<sup>12</sup>

Estudos indicam que as possibilidades estão abertas.<sup>13</sup> Porém quais pistas possuímos que nos permitem afirmar que as experiências, nas arenas públicas em questão (economia solidária, conselhos, associações, orçamento participativo, etc.), podem contrapor uma proposta de modernização não conservadora, uma proposta que efetivamente inaugure um processo de criação de uma nova cultura política, esta sim urdida em um novo patamar – o dos direitos, dos deveres, da negociação, da justiça?

Supomos ou intuimos que as pistas podem ser buscadas e/ou encontradas nas reconstituições de processos históricos, de experiências que vêm forjando os sujeitos sociais; afinal, as mudanças não ocorrem como num passe de mágica e as novas possibilidades não podem ser apreendidas a partir de fatos ou coisas isoladas.

Assim, avaliamos que se tornará possível e fértil a investigação proposta, se tomarmos, como indicação metodológica, as contribuições da obra de E. P. Thompson. Tal procedimento propiciará a transdisciplinaridade necessária a uma investigação científica.

A contribuição dos estudos de Thompson<sup>14</sup> para a pesquisa aqui tratada reside especialmente em sua visão de processo histórico, no qual as relações de produção são pressupostos, assim como relações outras, como



as culturais, os valores herdados, tradições, etc.<sup>15</sup>

Assim como Gramsci, considerado um pensador das superestruturas, Thompson, sem subestimar a importância das determinações econômicas, expressa explicitamente interesse pelo não-econômico. Thompson dá um novo tratamento ao problema da cultura, incorporando de Gramsci o conceito de hegemonia e encenando-a no palco das experiências sociais. Assim, sua concepção de cultura vincula-se ao conceito de experiência, que “incorpora múltiplas evidências de vida ou de arte dos homens - evidências estas tratadas no plano de sua consciência, das maneiras mais complexas, para, em seguida, agirem sobre as situações determinadas”.<sup>16</sup>

Em sua crítica ao mecanicismo e determinismo no marxismo de Althusser, Thompson expõe sua definição de experiência :

uma categoria que, por mais imperfeita que seja, é indispensável ao historiador, já que compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento.<sup>17</sup>

E ainda se posiciona contrário à visão de que a experiência seria um nível inferior de elaboração ou que só produziria “o mais grosseiro ‘senso comum’, matéria-prima ideologicamente contaminada”. Argumenta:

Não creio que seja assim; pelo contrário, considero tal suposição como uma ilusão muito característica dos intelectuais, que supõem que os comuns mortais são estúpidos. Em minha opinião, a verdade é mais nuançada: a experiência é válida e efetiva: mas dentro de determinados limites: o agricultor “conhece” suas estações, o marinheiro “conhece” seus mares, mas ambos permanecem mistificados em relação à monarquia e à cosmologia.<sup>18</sup>

Para Thompson, a experiência social é, portanto, fator determinante para se compreender mudanças sociais e tem estatuto próprio para uma investigação, pois

exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados.<sup>19</sup>

A essa concepção articula-se, na reflexão thompsoniana, a noção de classe social: classe não é uma coisa ou uma estrutura; são relações sociais, é um fazer-se, é um acontecer. Para o historiador, classe deve ser entendida como um fenômeno histórico que integra uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da

experiência quanto na consciência. É algo que resulta das relações humanas, extremamente fluidas e que nos escapa ao tentarmos dissecar sua estrutura.

A relação precisa estar sempre encarnada em pessoas e contextos reais... (grifos nossos). A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem dos seus). A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. Podemos ver uma lógica nas reações de grupos profissionais semelhantes que vivem experiências parecidas, mas não podemos predir nenhuma lei. A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma.<sup>20</sup>

Vemos, então, que as inovações nas categorias analíticas propostas por Thompson, que nos fazem enxergar a luta de classes não descolada da produção, mas apreendendo-a também naquilo que podemos denominar cultura – nos hábitos, valores, modos de vida, cotidiano, formas institucionais –, nos remetem para além de interpretações esquemáticas da realidade ou teoricamente fechadas.

Este aspecto é fundamental para a pesquisa já referida.<sup>21</sup> Interessamos, sobretudo, dar voz e visibilidade a aspectos da realidade não valorizados por estudiosos da vida social e a experiências que aparentemente não carregam possibilidades explicativas ou não têm conexão explícita com importantes resultados históricos. Assim, uma investigação sobre a participação em Conselhos e em outros espaços públicos solicita um método (e técnicas) que observe os personagens que transitam por essa experiência, como homens e mulheres que vivem, sonham, aspiram, têm opiniões, preconceitos. São sujeitos que interpelam o pesquisador para que sejam conhecidos e para que lhes seja atribuída a voz e a visibilidade historicamente negadas.

Quem são estes homens e mulheres que se empenham nas atividades militantes dos conselhos, associações e sindicatos? De onde vêm? Como vivem? O que pensam do mundo em que vivemos?

São questões singelas, aparentemente incapazes de trazer dados valiosos para uma investigação científica. Mas este não é o ponto de vista de Thompson.<sup>22</sup> Não corresponde, tampouco, à abordagem de uma parcela considerável de cientistas sociais e de historiadores que se debruçam sobre o homem simples, sobre o cotidiano e o senso comum, ou “os vencidos”.<sup>23</sup>



Para concluir estas considerações sobre a obra de E. P. Thompson destacamos, ainda, sua visão de que a história deve ser lida ou interpretada como de fato ocorreu, e não à luz de preocupações posteriores. A história da classe trabalhadora (e suas experiências) deve, então, ser lida “nos termos de sua própria experiência”, tenha sido esta revolucionária ou não, porque afinal foram “eles que viveram nesses tempos de perturbação social, e nós não”.<sup>24</sup> Os conflitos sociais e os embates culturais, enfim, a disputa pelos significados devem ser lidos nesses termos.<sup>25</sup>

A viabilidade de um diálogo entre Sérgio Buarque de Holanda e E. P. Thompson ficou até aqui apenas insinuada. Intuímos tal possibilidade, embora não se possa afirmar existir afinidades entre os dois historiadores. Talvez consigamos avaliar as possíveis articulações entre o pensamento de um e de outro, se apreciarmos a visão de cada um sobre a História ou sobre o papel do historiador.

Ambos tiveram vidas engajadas nos processos políticos de seus países, na produção de um conhecimento comprometido com as mudanças sociais, embora a militância política em Thompson tenha sido mais radical do que em Sérgio Buarque.<sup>26</sup> Este, porém, não foi menos radical na crítica à sociedade brasileira dos anos 30 e à ideologia das elites de então. E, segundo Antônio Cândido,

foi o primeiro historiador que aludiu à necessidade de despertar a iniciativa das massas, manifestando um radicalismo democrático raro naquela altura fora dos pequenos agrupamentos de esquerda. Este ponto de vista coroa o longo processo histórico por ele denominado “A Nossa Revolução”, começada com o movimento abolicionista nos anos 1880 e em curso acelerado quando publicou o livro.<sup>27</sup>

Eis aqui uma consideração que caberia tanto a um quanto a outro historiador:

Era engajado o seu modo de escrever a história. Como historiador quis elaborar formas de apreensão do mutável, do transitório e de processos ainda incipientes no vir a ser da sociedade (brasileira). Enfatizava o provisório, a diversidade, a fim de documentar novos sujeitos eventualmente participantes da história (...). Para chegar a escrever uma história verdadeiramente engajada, deveria o historiador partir da urdidura dos pormenores para chegar a uma visão de conjunto de sociabilidade, experiências de vida, que, por sua vez, traduzissem necessidades sociais. Aderir à pluralidade se lhe afigurava como condição essencial para este sondar das possibilidades de emergência de novos fatores de mudança social.<sup>28</sup>

Ambos expressam, em suas obras, a abertura do espírito para as possibilidades históricas - possibilidades de participação até então negadas para grupos sociais de seus países, em seus respectivos períodos (ou épocas) estudados.<sup>29</sup>

Supomos que, ao longo deste artigo, já identificamos elementos que nos permitem trabalhar com ambos os autores, sem receio de incorrer em “pecados teórico-metodológicos”. Mas como articulá-los? Como as categorias analíticas podem ser operadas de sorte que possibilitem uma interpretação e compreensão da realidade em estudo?

As contribuições de Thompson poderão ser tomadas como categorias analíticas mais gerais, com as quais poderemos refletir sobre as características do homem cordial interagindo, por sua vez, com outras, nas experiências de vida dos sujeitos.

O cuidado para que não ocorra uma transposição mecânica de teorias estrangeiras para nossos estudos deve ser tomado, mas pode-se pensar que é desnecessário na medida em que as próprias categorias thompsonianas - como classe social ou experiência - exigem particularidade ou especificidade para sua operacionalidade analítica.

Como historiador chamava a atenção para a importância dos mais imperceptíveis indícios, estes sim podendo indicar um processo incipiente do vir a ser. Pormenores significativos apontavam caminhos imperceptíveis, o fragmentário, o não determinante, o secundário. Destes é que proviriam as pistas que indicariam o caminho da interpretação da mudança, do vir a ser, da voz dos figurantes mudos em processo de forjar estratégias de sobrevivência.

A citação acima também caberia como consideração à análise que fez Thompson dos tecelões ingleses do século XVIII, em A formação da classe operária inglesa. Mas trata-se, ainda, da apreciação de Maria Odila Dias sobre Sérgio Buarque de Holanda.<sup>30</sup>

Embora estejamos, aqui, nos valendo de estudos de outros pesquisadores para este exercício de reflexão, estamos convencidos da possibilidade de um fecundo diálogo entre Sérgio Buarque de Holanda e E. P. Thompson. Essa convicção, porém, está mais amparada em um “feeling” do que propriamente em um exaustiva exploração da obra de ambos. Mas, penso cá, com os meus botões: em um trabalho de pesquisa a intuição também não deve ser levada em conta?



- <sup>1</sup> CÂNDIDO, Antonio. O significado de Raízes do Brasil. (Prefácio). In: *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1984, p. XV.
- <sup>2</sup> PEREIRA, Sônia. *A contribuição do homem simples na construção da esfera pública: os trabalhadores rurais de Baturité-CE*. São Paulo: PUC/SP, 2002, 260 p. A tese de Doutorado foi apresentada em setembro de 2002 ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais – PUC/SP. O estudo analisa a experiência de participação do homem simples em espaços públicos buscando compreender como a política – e, em outros termos como a esfera pública – é elaborada, concebida e construída. A participação foi analisada identificando a lógica que move a sociedade civil para a construção da cidadania, dos direitos e da democracia; busca identificar os elementos que possam configurar a ação política. Tomou-se como objeto empírico da pesquisa a experiência do homem simples – o camponês – nos Conselhos Municipais, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais e nas Associações de Pequenos Agricultores e de Moradores do Município de Baturité, Ceará. Tais espaços foram observados como o cenário no qual os atores desempenham “papéis” na arena pública, práticas que podem ser o contraponto do discurso modernizante do Estado, seja este da esfera estadual ou municipal. Em síntese, a pesquisa pretende apreender como se manifestam as formas de sociabilidade política dos sujeitos personagens da trama em questão; o foco da análise não incide, porém, no desempenho de instituições (conselhos e outras formas associativas).
- <sup>3</sup> CÂNDIDO, Antônio. *O significado de Raízes do Brasil*. op. cit., p. XVIII.
- <sup>4</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1984, p. 106-107.
- <sup>5</sup> Id. *Ibidem*. p.109.
- <sup>6</sup> Francisco de Oliveira analisa o impacto das políticas de privatização sobre as condições de vida de amplos setores da população, considerado por esse autor, nefasto e brutal: desemprego, baixos salários, retirada gradativa do Estado na proteção social. E pondera: tão ou mais nefasto é o impacto sobre as consciências, “é o ataque às bases da esperança que se construiu nos anos mais duros (...) ataque ao movimento popular que se reergueu e obrigou o governo a rever políticas (...) e que metamorfoseou esse movimento de esperança em movimento derrotista”. OLIVEIRA, Francisco de. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: *Os sentidos da democracia..* Petrópolis: Vozes/Fapesp, 1999, p. 56-59.
- <sup>7</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Política e Sociedade na obra de Sérgio Buarque de Holanda. In: *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 24.
- <sup>8</sup> Id. *Ibidem*. p. 26
- <sup>9</sup> ROCHA, João Cezar de Castro. *Literatura e cordialidade: o público e o privado na cultura brasileira*. Editora da UERJ, Rio de Janeiro, 1998, p. 27.
- <sup>10</sup> A sociedade brasileira vem experimentando, neste período (2003), uma situação inusitada na história política nacional, com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva, cuja liderança atravessa todo o espectro social, contrariando os prognósticos veiculados pela mídia de que o candidato do Partido dos Trabalhadores não ultrapassaria os fiéis 30% dos votos nas

últimas eleições (2002). Lula foi eleito no 2º. turno sinalizando, na campanha eleitoral, que governaria um país de 170 milhões de brasileiros, dispondo-se, portanto, a selar ampla aliança política para executar um programa de reformas estruturais, tais como a reforma agrária, tributária, previdenciária e política. Destaca-se na proposta petista a democratização do Estado, baseada na criação de mecanismos participativos, como conselhos e câmaras setoriais (relativas às diversas políticas governamentais). O governo tomou posse, anunciando como prioridade número um o combate à fome; outras grandes prioridades são o crescimento econômico e a criação de empregos, estimulando especialmente as alternativas de geração de trabalho e renda criados pela sociedade civil; daí, o reiterado apelo a esta para que se organize. O apoio popular ao governo Lula, que se mantém no sexto mês após a posse, segundo pesquisa recente, coloca aos movimentos sociais e ao movimento sindical, em particular, desafios históricos e novos desafios; por exemplo: como enraizar práticas cidadãs numa sociedade que se caracteriza pela violência e pelo autoritarismo? Como construir e ampliar a esfera pública, numa conjuntura cujo governo, ao invés de estimular políticas que ampliam os direitos sociais, universalizando-os, direciona-se para focalizá-los?

- <sup>11</sup> Vale lembrar que as iniciativas que vêm surgindo nos bairros periféricos das grandes cidades formalizadas como oposição às políticas neoliberais não o são apenas como associação e conselhos que colocam em questão as políticas públicas; surgem como formas cooperadas de produção, na busca de alternativas à exclusão – que se opera como nova forma de inclusão no processo de acumulação capitalista – e se apresentam como “economia solidária”. Outras experiências, como o Orçamento Participativo e os Fóruns relacionados às várias questões sociais vêm expressando o esforço gradativo dos vários setores sociais para construção da esfera pública no Brasil, em que pesem todas as fragilidades dos processos participativos.
- <sup>12</sup> Entenda-se por esfera pública a dimensão da vida social e política referenciada em práticas que afirmam a universalidade de direitos, assim como a interlocução com instituições que se caracterizam pela transparência (administrativa) e pela democracia. Em outros termos, a esfera pública, um caminho que forja um “mundo comum”, afirma-se como a dimensão da vida na qual a comunidade politicamente organizada e baseada no reconhecimento do direito de todos à participação na vida pública. Ampliando e especificando tais noções, a esfera pública precisa ser construída e tecida nas relações entre Estado e sociedade civil, e no interior dessas duas instâncias de poder. Ver ARENDT, Hannah. *A condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense, 2000; WANDERLEY, Luiz Eduardo e RAICHELIS, Raquel. *Gestão Pública Democrática no Contexto do Mercosul*. In: *Los Rostros Del Mercosul*. Buenos Aires, 2001.
- <sup>13</sup> Ver CARVALHO, Maria do Carmo A.A. *Eppur si muove: os movimentos sociais e a construção da democracia no Brasil*. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Departamento de Ciência Política, Campinas, 1997, mimeo; MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo: Hucitec, 2000; TELLES, Vera da Silva. *Direitos sociais: afinal do que se trata?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- <sup>15</sup> As referências a E. P. Thompson não nos remetem aqui a toda a sua obra, mas especialmente às contribuições dos seguintes estudos: *A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros: Uma Crítica ao Pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981; *A formação da classe operária*



inglesa.. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, v. I e II; *Senhores e caçadores: a origem da Lei Negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997; *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

<sup>16</sup> BARREIRO, José Carlos. E. P. Thompson e a Historiografia Brasileira: Revisões, Críticas e Projeções. In: *Projeto História*. São Paulo: Departamento de História/PUC-SP/Programa de Estudos Pós-Graduados em História, n.12, p. 57-75.

<sup>17</sup> THOMPSON, E. P. A *Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros: Uma Crítica ao Pensamento de Althusser*. op. cit., p. 15-16.

<sup>18</sup> Id. Ibidem. p. 15-16.

<sup>19</sup> Id. Ibidem. p. 15-16.

<sup>20</sup> THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. op. cit., v. I. p.10.

<sup>21</sup> Ver nota de rodapé 2.

<sup>22</sup> Cf. THOMPSON, E. P. op. cit., 1981, esp. p.16, na qual o autor, assim como Gramsci, valoriza o “senso comum” da experiência, atribuindo-lhe validade e efetividade, mas também limites para a produção do conhecimento e para a consciência social.

<sup>23</sup> Ver MARTINS, José de Souza. *A Sociabilidade do Homem Simples*. op. cit. Nesta obra, em particular e em várias, o autor apresenta reflexões sobre o cotidiano, o senso comum, a história, além de uma acurada análise da “modernidade” no Brasil atravessada pela incompletude dos processos e pela superficialidade característica de modo de ser no Brasil. Martins propõe, neste momento de crise da sociedade contemporânea e da sociologia, uma metodologia: “a de tomar o que é liminar, marginal e anômalo como referência da compreensão sociológica”, pois é “nesses momentos e situações de protagonismo oculto e mutilado dos simples, das pessoas comuns, dos que foram postos à margem da história, do homem sem qualidade, que a sociedade propõe ao sociólogo suas indagações mais complexas, seus problemas mais ricos, sua diversidade teoricamente mais desafiadora. São os simples que nos libertam dos simplismos, que nos pedem a explicação sociológica mais consistente(...). O relevante está no ínfimo. É na vida cotidiana que a história se desvenda ou se oculta”, cit. p. 13; Cf. também a Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP, *Projeto História*, n. 12, out/95, na qual artigos e resenhas de autores que tratam especialmente da obra de E. P. Thompson, expressam igualmente esse interesse historiográfico em pesquisar as “causas perdidas”, os “becos sem saídas” e os próprios perdedores”.

<sup>24</sup> THOMPSON, E. P. *A formação da Classe Operária Inglesa*. op. cit., p.13.

<sup>25</sup> A este respeito, é bastante oportuno um exame da metodologia utilizada por Sidney Chalhoub, em *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990. Inspirado na orientação teórico-metodológica de Thompson, este pesquisador apresenta a visão escrava da escravidão e da liberdade no Brasil, nas últimas décadas do século XIX. Inclusive a própria narrativa do autor inspira-se em Thompson: **o autor coloca os atores (personagens) em cena**, propiciando, assim, uma **visibilidade e concretude** que lhes empresta legitimidade no processo de produção do conhecimento, nos mostrando as **experiências encarnadas em pessoas e contextos reais**. A discussão com outros teóricos do tema em questão é feita em seguida. Chalhoub vai nos apresentando, também, uma série de autores para nos revelar, então, como se pode construir um pensamento sobre a realidade, além de nos sugerir que, na pesquisa, necessitamos de pistas e elas podem se situar em lugares outros, não convencionais.

<sup>26</sup> DE DECCA, Edgar. *E. P. Thompson: um personagem dissidente e libertário*. In *Projeto História*, op. cit., p. 109-118, expõe com emoção o perfil deste historiador profundamente comprometido com as causas sociais de seu tempo.

<sup>27</sup> CÂNDIDO, Antônio. A visão política de Sérgio Buarque de Holanda, In *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 86.

<sup>28</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Política e Sociedade na Obra de Sérgio Buarque de Holanda. op. cit. p. 16-17.

<sup>29</sup> Id. Ibidem., p. 21.

<sup>30</sup> Id. Ibidem., p. 26.